



COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

ATA DA 112ª REUNIÃO DA CPPD

DATA: 07/08/2019

LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF

CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD PRESENTES:

AMC – Rosina de Almeida Lopes; **PGM** – Patrícia Barros; **SEFIN** – Davis Lima da Silva; **SEINF** – José Roberto de Resende; **IPLANFOR** – Mário Fracalossi Júnior; **SER III** – Naiana Benevides; **SER IV** – Régis Nogueira de Oliveira; **SER V** – Jalsey Pereira de Nazareno; **SER VI** – Luiz Valmir Torres; **ABES** – Marconi José Barbosa; **DETRAN** – Daniel Sousa Paiva; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **SINDIONIBUS** – José Davi da Silva Pacheco; **SINDUSCON** – Luana Silva Marques Quinderé, José Carlos Braide Nogueira da Gama.

Presidente da CPPD: Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretária Executiva: Marília Ferreira Lima Gadelha

Coordenador da COURB: Marina Cavalcante Hissa

Expositores: Fernanda Farias - Chefe do Setor de Planejamento Fiscal do IPTU da SEFIN.

DEMAIS PARTICIPANTES: SEFIN - Fernanda de Sousa Farias Gimenes; SEUMA - Ticiania Gadelha Ponte, Rojestiane Ferreira Nobre Diógenes, Alice Pinheiro Corrêa, Jônatas Gomes Silva, Luan de Paula Santos, Isabellu Campos Egot, Belchior Torres Nascimento, Michella Albuquerque Lima Soares, Cláudio Henrique Honorato, Virgínia Hatsue Sauaki, Felipe de Castro Alves Portela, Mairlon Moreira de Souza, Pedro Atualpa de Sales, Jefferson Lima dos Santos, Orleans Dutra; AMC – Lucas Sobreira; SEINF – Susana Mouta, Aparecida Falcão de Andrade, Renan Leite Paiva; IPLANFOR – Sérgio Rômulo da Silva Pires, Armando Gonçalves Silveira, Ana Cláudia de V. Teixeira, Rômulo Andrade da Silva; SINDUSCON – Daniela Valente Martins.

PAUTA:

1. Apresentação sobre Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), a ser realizada pela Secretaria Municipal das Finanças (SEFIN).

ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:

O Arq. Ronald Holanda, Gerente da Célula de Georreferenciamento (CEGEO/COURB) iniciou a 112ª Reunião da CPPD, dando boas vindas aos presentes. Em seguida, informou que seria apresentado a



Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), um projeto da Secretaria Municipal das Finanças (SEFIN), posteriormente convidou a Sra. Fernanda Farias, Chefe do Setor de Planejamento Fiscal do IPTU da SEFIN para iniciar a exposição.

A Sra. Fernanda deu início se apresentando e informou que está sendo implantado o Projeto da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) e explicou que trata-se de um conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos necessários para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.

Deu continuidade a apresentação e ao final repassou a palavra para o Arq. Ronald Holanda que deu início ao processo de discussão.

O Conselheiro Roberto Resende, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF), pediu a palavra e informou que a SEINF tem uma quantidade imensa de dados das construções embaixo do solo.

Acrescentou que são dados que são relevantes, pois em uma obra é importante identificar uma malha pluvial, por exemplo, para que não sejam feitas outras construções na área e isso evita inundações no local. Muitas vezes esses dados não são solicitados por achar que a Secretaria não dispõe desses mapas e há algum tempo é solicitado a implantação de um sistema com essas informações e a resposta dada é sempre que demora ou é muito difícil ou é caro, demanda uma equipe.

Salientou que geralmente em um projeto se preocupam com o que está em cima, pois o que está em cima gera aumento de receita, aumento de impostos. Questionou se existe alguma possibilidade de conseguir recurso do Programa Fortaleza Cidade Sustentável para implementar uma camada das informações das construções que estão embaixo da terra, pois são desenhos no papel vegetal, alguns dos anos 70 e teria que transformar em desenho digital e posteriormente teria que customizar em georreferenciado para transformar em uma camada.

Finalizou dizendo não conseguem colocar em prática, pois tem outras obras novas para serem executadas.

Em resposta ao questionamento do conselheiro, a Sra. Fernanda Farias falou que o ideal é que a SEINF monte um projeto, quantifique as informações, indicando a necessidade de uma equipe, além de um investimento mínimo; e com a infraestrutura do projeto montado, apresente e dê início aos diálogos. Ressaltou que a IDE é exatamente isso e fica mais fácil dialogar quando se sabe exatamente o que precisa.

O conselheiro Mário Fracalossi, representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), pediu a palavra e falou que o IPLANFOR já possui um site, desenvolvido há algum tempo e foi inspirado no Governo do Estado que possui o Ceará em Mapas, na qual são informações georreferenciadas e especializadas para os municípios cearenses. Nesse modelo, foi criado o site Fortaleza em Mapas, onde foram disponibilizadas as informações que foram geradas no estudo do Programa Plano Fortaleza 2040 e possui uma quantidade gigantesca de dados, que não poderiam ficar guardados. Destacou que além das informações do Programa Fortaleza 2040, estão sendo incluídas a infraestrutura que tem diversas secretarias da Prefeitura, como as informações da SEUMA, com mapas da localização das áreas verdes e ecopontos.

Ressaltou que os mapas estão sendo transformados em *shapes* e disponibilizados para a sociedade e aumentou a demanda de pesquisas de acadêmicos, porém tem ocorrido demandas temporais, informações como por exemplo de escolas que foram inauguradas em 2015, até hoje e não tem essa informação no mapa, mas tem na base de dados.

Propôs uma parceria entre IPLANFOR e SEFIN, enquanto o IDE não é lançado, para fazer um piloto de alguns mapas com a aplicação de informações da base atual ou fazer um recorte com a base das projeções propostas pelo Programa Fortaleza 2040 para a Cidade.

A Arq. Rojestiane Nobre, Assessora Especial da SEUMA, pediu a palavra e parabenizou a iniciativa da SEFIN, pois a cada dia que passa a informação será o que vai dar valor a tudo que temos, até as próprias pessoas estão gerando a cada momento informações com o uso do celular e essas informações estão sendo utilizadas por grandes incorporações.

Acrescentou que ficou com dúvida, pois foi falado durante a apresentação que um dado perde valor com o tempo e questionou como as atualizações irão ocorrer, de forma que o portal ou os mapas e todas as informações não necessitem de um ser humano todo o tempo atualizando os dados, de forma que as informações geradas já se retroalimentem.

Questionou ainda se também irão trabalhar com as informações geradas pelas pessoas, porque é interessante, as empresas que vão se instalar, para os empreendimentos que vão se instalar, para a Prefeitura saber as demandas das pessoas e não ter que esperar um CENSO que pode demorar 5 anos para atualização.

Por fim, perguntou se está sendo pensado em deixar uma plataforma no futuro que possibilite que as infraestruturas (postes, esgoto, toda e qualquer infraestrutura urbana) que irão ser instaladas também se retroalimentem automaticamente com a internet das coisas.

A Sra. Fernanda Farias respondeu primeiramente sobre a integração entre SEFIN e IPLANFOR, falou que as equipes se reuniram na semana anterior sobre Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), portanto, a integração é uma palavra de ordem e é necessário falar a mesma linguagem para desenvolver soluções para problemas antigos.

Quanto ao questionamento da Arq. Rojestiane Nobre, a Sra. Fernanda Farias respondeu que o material humano é imprescindível para desenvolver as soluções tecnológicas de integração, está sendo projetado inteligência artificial e QR Code para fazer atualizações dentro do projeto da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), onde será utilizado a tecnologia a serviço do ser humano.

Destacou que o capital humano será necessário para as atualizações e que é preciso ter pessoas capacitadas, pois as máquinas só irão dar respostas se o ser humano que está operando, for capacitado.

Ao final da explicação o Conselheiro José Carlos Gama, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), pediu a palavra. Parabenizou o projeto e falou que como o Conselho é consultivo ao Prefeito e dentro da angústia do colega da SEINF, pediu para colocar em votação da Comissão para que se encaminhe um ofício ao Prefeito, destacando que é fundamental para a Cidade os dados da SEINF, sejam incorporados aos projetos, solicitando a inclusão da SEINF no Projeto de Infraestrutura de Dados Espaciais e Fortaleza Cidade Sustentável.

Falou ainda que em meados do anos 80 teve a oportunidade de ser o coordenador de obras e enxergou a dificuldade na questão de construções embaixo do solo entre SUMOV, CAGECE e TELECEARÁ na época e que a solução seria o uso da tecnologia.

Em seguida, ressaltou que o Prefeito em sua primeira gestão garantiu que deixaria resolvido em seu mandato a base de cálculo entre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), na qual são dois tributos baseados na própria propriedade e que precisam ser coerentes e que para isso o IPTU já que vai haver a base de cálculo elevada haja redução das alíquotas em função da capacidade de contributiva do cidadão. Pediu para que isso seja até o próximo ano, e questionou qual o pensamento da SEFIN a respeito da compatibilização dessas duas bases.

Repassou a palavra para a Sra. Fernanda Farias que respondeu que a SEFIN está estudando a mudança da Legislação Tributária que é de 2003, além da forma de calcular, para mudar a tributação, pois existem imóveis residenciais, não residenciais e territoriais com a tributação do ano de 1963 e que foi atualizada no decorrer do tempo.

Salientou que os auditores da Secretaria Municipal das Finanças precisam estudar uma fórmula que não confisque o bem do contribuinte, porque tem uma desatualização da Planta Genérica de Valores



Imobiliários (PGVI) de Fortaleza absurda. Ressaltou que houve a implantação de uma nova PGVI em Belo Horizonte, onde a tributação saiu de 400 milhões de reais para 1 bilhão de reais somente com uso de tecnologia, estudo e mudança na tributação.

Finalizou dizendo que não poderia responder definitivo, por não ser de sua gerência, mas que a PGVI está desatualizada e que precisa de iniciativas, estudos, conversas, políticas e novas Leis que ordenem a Tributação do IPTU e ITBI e isso estaria em andamento, mas a implantação dependem de forças de negociação.

Ao final dos questionamentos repassou a palavra ao Arq. Ronald Holanda, que falou que iria colocar em votação a proposta do Conselheiro José Carlos Gama para constar em Ata.

O Arq. Ronald Holanda questionou se algum conselheiro presente seria contrário à proposta feita pelo conselheiro José Carlos Gama, como não houve nenhum conselheiro contrário, a proposta foi aprovada. Ao final da votação, o Arq. Ronald Holanda agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Fortaleza, 07 de Agosto de 2019.

Marília Ferreira Lima Gadelha
Secretária Executiva da CPPD

Marina Cavalcante Hissa
Coordenadora de Desenvolvimento Urbano

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretária da SEUMA
Presidente da CPPD